SUMÁRIO

CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS DIREITOS E DO PROCESSO COLETIVO 21

1. ESCORÇO HISTÓRICO E DIREITO COMPARADO DA TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS EM SENTIDO AMPLO 23
   - 1.1. Evolução da tutela coletiva no mundo 23
   - 1.2. Evolução da tutela coletiva no Brasil 23
2. PROCESSO COLETIVO 24
   - 2.1. Conceito de tutela coletiva 24
   - 2.2. Fundamentos da tutela coletiva 25
   - 2.3. Microssistema de tutela coletiva 26
   - 2.4. Princípios do processo coletivo 31
     - 2.4.1. Princípio do acesso à justiça 31
     - 2.4.2. Princípio da universalidade da jurisdição 32
     - 2.4.3. Princípios da participação no processo e pelo processo 32
     - 2.4.4. Princípio da economia processual 33
     - 2.4.5. Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo 33
     - 2.4.6. Princípio da máxima prioridade jurisdicional da tutela coletiva 35
     - 2.4.7. Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva 36
     - 2.4.8. Princípio da indisponibilidade da execução coletiva 37
     - 2.4.9. Princípio da não taxatividade da ação coletiva 38
     - 2.4.10. Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva comum 40
     - 2.4.11. Princípio da máxima amplitude do processo coletivo 41
     - 2.4.12. Princípio da ampla divulgação da demanda 42
     - 2.4.13. Princípio da informação aos órgãos legitimados 43

2.4.14. Princípio da maior coincidência entre o direito e sua realização 44
2.4.15. Princípio da reparação integral do dano 45

3. OBJETO DO PROCESSO COLETIVO 46
3.1. Direitos difusos 47
3.2. Direitos coletivos (coletivos em sentido estrito) 47
3.3. Direitos individuais homogêneos 48
3.4. Direitos essencialmente coletivos x Direitos acidentalmente coletivos 52

CAPÍTULO II – AÇÃO CIVIL PÚBLICA 57

1. AÇÕES COLETIVAS EM SENTIDO AMPLO E SUAS ESPÉCIES 57
2. AS *CLASS ACTIONS* NORTE-AMERICANAS E AS *VERBANDSKLAGES* ALEMÃS: INFLUÊNCIA NO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO 58
2.1. Modelo norte-americano: As *Class Actions* (ações de grupo) 58
2.2. Modelo alemão: As *Verbandsklage* (ações associativas) 61
3. REGRAMENTO DAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS 62
3.1. Pedido 62
3.1.1. Rol legal 62
3.1.2. Controle de constitucionalidade 66
3.1.3. Danos morais coletivos 68
3.1.4. Judicialização de políticas públicas 70
3.1.5. Vedações 75
3.2. Competência 78
3.2.1. Regra geral 78
3.2.2. Regras específicas 81
3.3. Legitimidade para propositura 87
3.3.1. Natureza jurídica 88
3.3.2. O controle da representatividade adequada 90
3.3.3. Ministério Público 92
3.3.4. Defensoria Pública 97
3.3.5. Entes federativos e órgãos da Administração Direta 99
3.3.6. Entidades e órgãos da Administração Pública Indireta 100
3.3.7. Associações 101
3.3.8. Sindicatos 105

4. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 105
4.1. Relação entre demandas 108
4.1.1. Ação individual x Ação coletiva 109
4.1.2. Ação coletiva x Ação coletiva 110
5. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC 112
5.1. Legitimidade e natureza jurídica 112
5.2. Objeto 115
5.3. Cominações 115
5.4. Homologação 116
5.5. Inexistência de coisa julgada 116
6. INQUÉRITO CIVIL E OUTROS MEIOS DE PROVA 116
6.1. Inquérito civil: natureza jurídica e demais características 116
6.2. Simultaneidade de procedimentos para apuração do mesmo fato ... 118
6.3. Efeitos da instauração do inquérito e suas fases 119
6.4. Arquivamento do inquérito 120
6.5. Outros meios de prova 121
7. PETIÇÃO INICIAL 122
8. CONCESSÃO DE LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA 123
9. SENTENÇA E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO 126
9.1. Sentença 126
9.2. Recursos 127
9.3. Remessa necessária 127
10. COISA JULGADA 128
10.1. Regras gerais 128
10.2. Critério territorial 131
11. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA 134
11.1. Regras gerais 134
11.2. Especificidades da liquidação/execução em relação aos direitos individuais homogêneos 134
11.3. Prazo prescricional para ajuizamento da execução individual 137
11.4. Retenção de honorários na execução 138
11.5. Execução de sentença proferida por Tribunal de Contas 138
12. CUSTAS E SUCUMBÊNCIA 139
13. PRESCRIÇÃO 144

CAPÍTULO III – AÇÃO POPULAR 157

1. CABIMENTO (OBJETO) 157
   - 1.1. Atos nulos e anuláveis 159
   - 1.2. Lei de efeito concreto 160
   - 1.3. Acordo homologado em juízo 161
   - 1.4. Atos judiciais 162
   - 1.5. Atos discricionários 163
   - 1.6. Demonstração de prejuízo ao erário 164
2. LEGITIMIDADE 165
   - 2.1. Legitimidade ativa 165
   - 2.2. Menor de idade 167
   - 2.3. Estrangeiro 168
   - 2.4. Pessoa jurídica 168
   - 2.5. Ministério Público 168
   - 2.6. Ação popular multilegitimatária 169
   - 2.7. Domicílio Eleitoral 170
   - 2.8. Natureza da legitimidade ativa 171
   - 2.9. Legitimidade passiva 171
   - 2.10. Legitimidade passiva ulterior 173
   - 2.11. Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público ou privado (intervenção móvel) 174
3. COMPETÊNCIA 176
4. PROCEDIMENTO 183
   - 4.1. Liminares 183
   - 4.2. Citação 185
   - 4.3. Resposta 185
   - 4.4. Provas 188
   - 4.5. Desistência e absolvição de instância 191
   - 4.6. Julgamento antecipado da lide 192
   - 4.7. Sentença 192
   - 4.8. Remessa necessária invertida 194
   - 4.9. Recursos 196
   - 4.10. Coisa julgada 196
   - 4.11. Execução 197

4.12. Custas 199
4.13. Prescrição 200

CAPÍTULO IV – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 207

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 207
2. LEGITIMIDADE 208
   2.1. Partidos políticos 209
   2.2. Associações 210
   2.3. Entidades de classe e sindicatos 212
   2.4. Ministério Público 215
   2.5. Entes federativos 215
   2.6. Defensoria Pública 216
3. OBJETO 217
4. COMPETÊNCIA 218
5. LIMINARES 219
6. COISA JULGADA 221
7. LITISPENDÊNCIA 222

CAPÍTULO V – MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO 227

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 227
2. LEGITIMIDADE 230
   2.1. Legitimidade ativa 230
   2.2. Ministério Público 231
   2.3. Partido político com representação no Congresso Nacional 232
   2.4. Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano 232
   2.5. Defensoria Pública 232
   2.6. Desistência da ação pelo legitimado ativo 233
   2.7. Legitimidade passiva 233
3. COMPETÊNCIA 233
4. EFEITOS DA SENTENÇA 235
   4.1. Teoria não concretista 235
   4.2. Teoria concretista 235
5. COISA JULGADA 237
6. LITISPENDÊNCIA 239

CAPÍTULO VI – DEFESA DO CONSUMIDOR 243

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 243
2. CONCEITOS 244
   - 2.1. Consumidor 244
   - 2.2. Fornecedor 247
   - 2.3. Produto 248
   - 2.4. Serviço 248
3. VULNERABILIDADE X HIPOSSUFICIÊNCIA 251
3. ONEROSIDADE EXCESSIVA – REVISÃO DOS CONTRATOS 251
4. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA 252
5. RESPONSABILIDADE – FATO DO PRODUTO/FATO DO SERVIÇO 254
   - 5.1. Distinções entre fato e vício do produto ou serviço 254
   - 5.2. Prescrição e Decadência 256
6. RESPONSABILIDADE DAS SOCIEDADES 258
7. PUBLICIDADE ENGANOSA X PUBLICIDADE ABUSIVA 259
8. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA 259
9. DENUNCIAÇÃO DA LIDE 261

CAPÍTULO VII – DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 267

1. FAMÍLIA SUBSTITUTA 268
2. ADOÇÃO INTERNACIONAL 270
3. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E APADRINHAMENTO 271
4. EDUCAÇÃO 273
5. AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR 277
6. CONSELHO TUTELAR 278
7. PRAZOS 278
8. JURISPRUDÊNCIA CORRELATA 280

CAPÍTULO VIII – DEFESA DOS IDOSOS 285

1. PRIORIDADE 285
2. ALIMENTOS 286
3. SAÚDE 287
4. TRANSPORTES 289

5. ACESSO À JUSTIÇA 290
6. EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER 291

CAPÍTULO IX – DEFESA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 295

1. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 295
   1.1. Conceitos 295
   1.2. Tratamento prioritário 298
   1.3. Direito à vida 300
   1.4. Atenção integral à saúde 301
   1.5. Sistema educacional 301
   1.6. Programas habitacionais 303
   1.7. Direito à cultura, esporte, turismo e lazer 304
   1.8. Do direito ao transporte e à mobilidade 305
   1.9. Tecnologia Assistiva 307
   1.10. Da curatela 308
   1.11. Da Tomada de Decisão Apoiada 309
   1.12. Novidade legislativa na Lei de Acessibilidade 311

CAPÍTULO X – SERVIÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO 317

1. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO Á EDUCAÇÃO 317
2. LEI FEDERAL Nº 9.394/96 – DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL 318
   2.1. Princípios 318
   2.2. Educação escolar pública 319
   2.3. Educação infantil, ensino fundamental e médio 320
   2.4. Ensino religioso 321
   2.5. Ensino privado 323
   2.6. Ensino domiciliar *(homeschooling)* 324

CAPÍTULO XI – SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE 329

1. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE 329
2. LEI FEDERAL Nº 8.080/90 – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) 329
   2.1. Objetivos do SUS 329
   2.2. Princípios 330
   2.3. Competências 331

2.4. Financiamento do SUS 332
2.5. Participação complementar da iniciativa privada..... 334
2.6. Participação de capital estrangeiro nas ações de assistência à saúde..... 334
2.7. Jurisprudência correlata 335
3. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO PODER PÚBLICO 335
4. POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO COVID-19 337
4.1. Vacinação compulsória..... 337
4.2. Requisição de vacinas pela União..... 338
4.3. Ordem de preferência na vacinação..... 339